

AS DEUSAS DA JUSTIÇA, OS HOMENS E AS VENDAS DA INJUSTIÇA

*Carlos Roberto da Silveira*¹

RESUMO

Sendo o homem um *animal* simbólico, este interpreta e constrói o mundo interior juntamente com a realidade objetiva do mundo exterior. Tais construções simbólicas da relação do homem com o mundo formam os significados. Muitas dessas significações se transformam em linguagem sistematizada. A mitologia é uma grande portadora dos significados, dos símbolos e compositora das diversas linguagens humanas. Não obstante, vivemos à sua sombra. O tema acima adentra este universo que mistura o sagrado e o profano, a justiça e a injustiça humana, a existência humana e sua condição, os símbolos e as linguagens: conceitual, emocional, poética, filosófica, científica e lógica.

Palavras-chave: *Animal Symbolicum*; Mitologia; Poder; Felicidade; Justiça.

ABSTRACT

Being the man a symbolic *animal*, that interprets and constructs his interior world together with the objective reality of the exterior world. These symbolical constructions of the relations between mankind and the world form the basis of meaning. Many of these meanings are transformed into a systematized language. Mythology is a great carrier of meanings and of symbols and is the composer of various human languages. Nonetheless, we live in its shadow. The theme above enters this universe that combines the sacred and the profane, justice and injustice, human existence and the human condition, symbols and languages: conceptual, emotional, poetic, philosophical, scientific and logical.

Key words: *Animal Symbolicum*; Mythology; Power; Happiness; Justice.

Considerações iniciais²

A linguagem simbólica é uma língua onde o mundo exterior é um símbolo do mundo interior, um símbolo de nossas almas e de nossas mentes.

Erich Fromm

Ao investigar a natureza humana em seu *Ensaio sobre o homem*, Ernest Cassirer tece diferenciações entre este ser e os outros seres vivos e declara que o homem não vive apenas uma realidade mais vasta. Justifica a sua tese embasando-se no contexto sistêmico da linguagem e conclui que o homem é um *animal symbolicum*. Portanto, acredita que, ao se

¹ Doutor em Filosofia pela PUC-SP. Professor na Faculdade Católica de Pouso Alegre.

² Este artigo foi apresentado em forma de comunicação no dia 27 de outubro de 2010, nas dependências da Faculdade Católica de Pouso Alegre. Inicialmente visou a fornecer subsídios para discussões que ocorreram durante a V Jornada Filosófica, com a temática específica: "Filosofia e Direito".

lidar com o universo humano, não se deve atentar apenas para com os mecanismos físicos funcionais quantitativos, mas também, com todo o processo qualitativo que adapta o homem ao meio, ou seja, a toda dimensão da sua realidade integral. Tal aquisição ultrapassa os limites de um mundo apenas material, pois o homem “Vive antes no meio das emoções imaginárias, entre esperanças e temores, ilusões e desilusões, em seus sonhos e fantasias” (Cassirer, 1972a, p.50). De maneira sistematizada, a linguagem conceitual coaduna com a linguagem emocional; a lógica e a científica com a linguagem poética.

Já não é dado ao homem enfrentar imediatamente a realidade; não pode vê-la, por assim dizer face a face. A realidade física parece retroceder proporcionalmente, à medida que avança a atividade simbólica do homem. Em lugar de lidar com as próprias coisas, o homem, em certo sentido, está constantemente conversando consigo mesmo. Envolveu-se de tal maneira em formas linguísticas, em imagens artísticas, em símbolos míticos ou ritos religiosos, que não pode conhecer coisa alguma senão pela interposição desse meio artificial (Cassirer, 1972a, p 50).

Sendo assim, a definição humana de *animal rationale* que é inerente a todas as atividades humanas, torna o termo “Razão” em um conceito não “adequado para abranger as formas de vida cultural do homem em toda sua riqueza e variedade” (Cassirer, 1972a, p.51). Dessa forma, Cassirer defende que o universo humano deve ser perscrutado através do termo *animal symbolicum*, pois, a partir daí, abre-se uma imensa clareira para a compreensão da trajetória humana.

De um modo geral, o mito, a arte, a linguagem, a religião e a ciência aparecem em formas de símbolos, não na forma de uma representação bruta, mas processada através de uma filtragem que a destila, cujo resultado gera o sentido próprio de um mundo significativo, o domínio do autodesdobramento espiritual em virtude da realidade concreta. “Conseqüentemente, as formas simbólicas especiais não são imitações, e sim, órgãos dessa realidade, posto que, só por meio delas, o real pode converter-se em objeto de captação intelectual e, destarte, tornar-se visível para nós” (Cassirer, 1972b, p.22).

As deusas da justiça e suas personificações no mundo patriarcal

Dentre as infinitas representações do universo humano, a mitologia grega é portadora de um riquíssimo sistema simbólico que adentrou o mundo ocidental, atravessou milênios e, sem dúvida, ainda hoje, vivemos à sua sombra. Max Müller conclui:

A mitologia é, em suma, a obscura sombra que a linguagem projeta sobre o pensamento, e que não desaparecerá enquanto a linguagem e o pensamento não se superpuserem completamente: o que nunca será o caso. Indubitavelmente, a mitologia irrompe com maior força nos tempos antigos da história do pensamento humano, mas nunca desaparecerá por inteiro (Cassirer *Apud*. Müller, 1972b, p.19).

Concorde com Max Müller de que a mitologia sempre participará no cotidiano humano, esse artigo não foge à regra, muito pelo contrário, os parágrafos seguintes se misturam entre as linguagens simbólica, filosófica e a da história humana concreta que, pela sua dinamicidade, constrói-se dia após dia. Todavia, essas partes se unem, tornam homogêneas e, como resultado final pretendido, espera-se colaborar de alguma maneira para o despertar reflexivo deste assunto tão importante, pois se “o mundo exterior é um símbolo do mundo interior”, este merece e carece ser refletido e interpretado continuamente.

No passado remoto da história humana e mesmo na Antiguidade grega e romana, foram encontrados documentos sobre a religião dessas épocas e outros dados que comprovam a supremacia das mulheres nas esferas da organização social, da família e da religião. Provas disso podem ser vistas também nas representações (pinturas, esculturas, cerâmicas) das divindades maternas que eram consideradas supremas.

A cultural matriarcal grega se caracterizava pelo respeito à *Geia*³ e à *Deméter*.⁴ Devido aos laços de sangue, todos os homens eram iguais porque mesmo sendo filhos de suas respectivas mães, eram paridos de um único ventre, eram todos irmãos, filhos de uma única mãe, *Geia*. A felicidade era o supremo bem desejado por todas as mães. Na mitologia, assim como na história humana, as mulheres foram os primeiros seres devotados ao “cuidado”,⁵ às cerimônias religiosas e fúnebres, aos ritos e às curas. O vínculo materno era o princípio universal da “fraternidade”.

³ Terra, elemento primordial que gerou as raças divinas.

⁴ Filha de *Cronos* e de *Reia*. Divindade da terra que ensinou os homens a semear, a plantar e a colher. Por vezes, era também chamada de Grande-Mãe.

⁵ Em o *Ser e Tempo*, Martin Heidegger faz uso de uma fábula de Gaius Julius Hyginus (64 a.C. -17 d.C.) com a intenção de aludir a sua ideia sobre o *Cuidado* (*Cura*), o ser do *Dasein*, como sendo o ser que nasce e cresce sobre a proteção do *Cuidado*. Por isso, este “ser no mundo”, é também uma “dupla estrutura essencial de projeto lançado”, eis aí, a sua responsabilidade pelo cuidado com a vida. Vejamos a fábula: “Certa vez, atravessando um rio, *Cura* viu um pedaço de terra argilosa: cogitando, tomou um pedaço e começou a lhe dar forma. Enquanto refletia sobre o que criara, interveio Júpiter. A *Cura* pediu-lhe que desse espírito à forma de argila, o que ele fez de bom grado. Como a *Cura* quis então dar seu nome ao que tinha dado forma, Júpiter a proibiu e exigiu que fosse dado o seu nome. Enquanto *Cura* e Júpiter disputavam sobre o nome, surgiu também a Terra (*Tellus*) querendo dar o seu nome, uma vez que havia fornecido um pedaço de seu corpo. Os disputantes tomaram Saturno como árbitro. Saturno pronunciou a seguinte decisão, aparentemente equitativa: ‘Tu, Júpiter, por teres dado o espírito, debes receber na morte o espírito e tu, Terra, por teres dado o corpo, debes receber o corpo. Como, porém, foi a *Cura* quem primeiro o formou, ele deve pertencer à *Cura* enquanto viver. Como, no entanto, sobre o nome há disputa, ele deve se chamar *homo*, pois foi feito de *húmus* (terra) – (Cf. HEIDEGGER, p. 263-265).

No desenvolver da nossa história, o poder masculino venceu o feminino instaurando o patriarcalismo, símbolo de uma sociedade hierarquicamente organizada regida pela lei, pelo pensamento racional positivo, com base na obediência à autoridade do pai. Daí, a transferência das deusas-mãe para os deuses-pai.

Eis aqui a grande mudança. É na autoridade patriarcal que se fundam as restrições que conduzem a uma igualdade (não se trata mais de fraternidade), é na forma da lei que se estabelece a medida entre os homens. Portanto, o princípio da paz era sustentado pelo temor da espada.

Em seu livro *Mutterrecht (Direito Materno)* de 1861, Johann Jakob Bachofen (antropólogo, jurista, sociólogo e filólogo) escreve:

A ideia de fraternidade universal do homem tem suas raízes no princípio da maternidade, e justamente esta idéia se desvanece com a formação da sociedade patriarcal. A família patriarcal é um organismo fechado e limitado. A família matriarcal, pelo contrário, possui aquele caráter universal com o qual se inicia toda evolução e caracteriza a vida materna, em contraste com o espiritual, a imagem da Mãe Terra e Deméter. O ventre de toda mãe dará irmãos e irmãs a cada ser humano, até que, com o estabelecimento do princípio patriarcal, essa unidade se dissolve e é suplantada pelo princípio da hierarquia (Fromm, *Apud*. Bachofen, 1962, p. 150).

Não é por menos que na mitologia grega, *Urano* (personificação do Céu estrelado) encerrou seus filhos nas entranhas da terra, mas foi derrotado pela astúcia do seu filho *Cronos* (*Titã*, filho de *Geia* e *Urano* - personificação do tempo) que assumiu os céus. No poder, *Cronos* com receio de perder o trono, devorava os filhos à medida que nasciam. Mas, novamente o “Destino” articulou e engendrou também a sua queda. *Reia* (*Titânida* – filha de *Geia* e *Urano*), ao dar a luz a um menino às escondidas em Creta, enrolou imediatamente em um pano de linho uma pedra e deu a *Cronos*, que não percebendo o engodo, engoliu a suposta criança. Longe do conhecimento de *Cronos*, a criança se desenvolveu e logo travou uma luta que durou dez anos contra seu pai e aliados. Vencedor, o jovem assumiu o poder. Era *Zeus*, o deus supremo e portador de todos os atributos do panteão helênico.

Zeus, certa vez apaixonado por *Tétis* (deusa do mar, filha de *Oceano*), foi alertado por *Prometeu* (*Titã* considerado o criador da raça humana) que lhe fez uma revelação: se acaso gerassem um filho, este seria mais forte que *Zeus* e conseqüentemente, assumiria o seu reino. Temendo perder seu “poder patriarca”, providenciou imediatamente o casamento de *Tétis* com o mortal *Pelevu*. Desse matrimônio nasceu o herói (*héros*) *Aquiles*.

A mensagem mítica do patriarcalismo ficou ainda mais forte quando do nascimento de uma jovem. *Zeus* desposa *Métis* (Prudência) e quando esta fica grávida, ele obteve informações de que “eles” teriam uma filha e, em seguida, um filho que arrebatariam o seu trono. Desesperado, lembrou-se do pai e o tomou de exemplo. *Zeus* engoliu a esposa antes que a criança nascesse. Porém, no devido tempo, sentiu terríveis dores de cabeça. *Zeus*, desesperado pediu ajuda a *Hefestos* (deus do fogo, ferreiro do *Tártaro*) que lhe abriu a cabeça e no mesmo instante, saltou da sua fronte uma bela guerreira toda vestida e armada. Nascia *Atena* (deusa da paz e da “razão”) e com ela, legitimava-se com toda a força, o patriarcalismo, pois esta deusa havia sido parida não de um útero, mas da cabeça de *Zeus*, da razão.

Diante de um *Olimpo* (morada dos deuses) coordenado pelo masculino, outra narrativa mítica grega torna-se importante para a compreensão de nossa exposição. Trago à tona o assunto sobre o engendrar da justiça no governo do *Titã Zeus*.

Têmis era uma *Titânida*,⁶ que com *Zeus* gerou as *Horas*,⁷ as *Moiras*,⁸ as *Ninfas*⁹ do *Eridano*,¹⁰ as *Hespérides*¹¹ e *Astreia*.

Astreia era uma virgem que reinou sobre a Terra nos tempos em que era capaz de promover a felicidade entre os homens. A humanidade vivia mediada por esta deusa que tinha por missão, promover a *Justiça* e a *Virtude*.

Têmis, a deusa da *Lei*, era representada com os olhos bem abertos, atentos para que nada escapasse de sua medida e razão. Apresentava-se com uma balança em uma das mãos e noutra uma espada.

Sendo a mitologia um complexo sistema que se mistura à vida, percebe-se que na gênese e na concretude da constituição da sociedade grega patriarcal, todo o “direito” ficou

⁶ *Têmis*, uma das seis filhas de *Geia* e de *Urano*. Deusa da *Lei*, uma das esposas de *Zeus*, a conselheira de *Zeus*, inventora dos oráculos etc.

⁷ Divindades que representam as *Estações*, sendo elas, *Diké*, *Eunômia* e *Eirene*, ou seja, a *Justiça*, a *Ordem e Paz*. Para os atenienses, *Talo*, *Auxo* e *Carpo* que subentendem: *Brotar*, *Crescer e Frutificar*. Portanto, por serem deusas imbuídas dos ciclos da natureza, da vegetação e também da *Justiça*, tinham por missão assegurar entre os homens, todo o equilíbrio da vida.

⁸ Personificam o *Destino*, são as fiandeiras da vida. *Cloto*, *Láquesis* e *Átropos* determinam a duração da vida de cada um. Uma fia, a outra enrola e por fim a última, encerra o destino humano ao cortar o fino e frágil fio da vida. Suas leis jamais são transgredidas, nem os deuses possuem poder para tal. Alguns autores as citam como sendo filhas de *Nix* (personificação da *Noite*).

⁹ Belas divindades que vivem nos campos, nas fontes de água, nos bosques dando graça e juventude a estes lugares.

¹⁰ Deus-rio, filho da *Titânida Tétis* (filha de *Geia* e *Urano*) e de *Oceano* (personificação da água que rodeia o mundo, pai de todos os rios e também filho de *Geia* e *Urano*).

¹¹ Divindades que habitavam próximas à Ilha dos Bem-aventurados, junto ao *Oceano*. Eram guardiãs do presente (Pomo de ouro) de *Hera* (filha de *Crono* e de *Reia*) quando de suas núpcias com *Zeus*.

nas mãos dos nobres que administravam a justiça de acordo com a tradição (leis não escritas). Mas não tardou para que estes nobres fizessem mau uso de sua autoridade. Sedentos de poder, eles usaram da força, do privilégio da função, desacataram as verdades divinas e tudo isso provocou revoltas.

Assim, na Mitologia, *Astreia* ficou paralisada, pasma, ao ver os homens se tornarem ímpios, invejosos, injustos e maus. O fratricídio reinava. *Astreia*, não suportou os homens e, desesperançosa com estes, subiu aos céus e lá se transformou na Constelação de Virgem. Após sua partida, fermentou entre os homens, a desarmonia, o desequilíbrio, a *Hýbris* (Desmedida, Excesso), contrária à *Eunómia*, à *Diké* e à *Eirene*.

Os homens e as injustiças

Sentindo-se injustiçado pelo litígio¹² engendrado por seu irmão Perses, o *Aedo* Hesíodo¹³ cantou e formulou uma nova cosmologia, falou da “Raça do Ferro”¹⁴ e lamentou viver tal época. Então, restou a Hesíodo apelar e elaborar o conceito religioso do direito como ponto central da vida. Ouvia as *Musas*,¹⁵ clamou aos deuses, em especial à *Diké*, a personificação da Justiça, para que intercedesse entre os homens.¹⁶ A noção de *Diké* em Hesíodo, estabeleceu o início de um estado de pré-direito (Cf. LAFER, 2006, p.80). Segundo

¹² Com a morte do pai, Perses suborna os juízes para beneficiá-lo quanto à divisão dos bens a serem herdados. O poema de Hesíodo (Os trabalhos e os dias) é dirigido a seu irmão Perses e a outros néscios, como os juízes. Mostra-lhes a maldição das injustiças, a benção da justiça por meio de imagens religiosas da cidade justa e injusta.

¹³ *Aedo*, camponês da Beócia do Século VII a.C., autor das importantes obras da humanidade: “Teogonia” e “Os trabalhos e os Dias”. Foi contemporâneo de Homero, outro grande poeta criador das obras *Iliada* e *Odisséia*.

¹⁴ Assunto cantado por Hesíodo. Trata-se das “Cinco Raças”: A primeira é a do Ouro. É o reino do deus *Cronos*, os homens desconhecem a miséria, os males (*kaká*), as dolorosas doenças (*noûson argaléon*) e a fadiga (*pónos*). A segunda é a da Prata, inferior ao do Ouro. Os homens vivem cem anos como crianças e quando adolescentes, morrem e sofrem muito por serem ímpios e por não se sacrificarem aos deuses. Então, foram ocultados por *Zeus* na terra. A terceira Raça é a do Bronze. Os homens atêm-se às artes bélicas, são fortes, invencíveis e de coração duro. Quando mortos, são levados por *Hades* (deus dos mortos), ao mundo subterrâneo dos infernos. A quarta Raça é a dos Heróis, semideuses, valentes que quando mortos, habitam a Ilha dos Bem-Aventurados. Já a última Raça, a do Ferro, é a época retratada e vivida por Hesíodo. Momento dos infortúnios e seus agravos, como as guerras, as misérias, os holocaustos lançados pelo olhar da cobiça, da discórdia, do ódio, da injustiça e da inveja e que se deduz, é a época atual.

¹⁵ Filhas da deusa *Memória* e do deus *Zeus*. Elas são sábias e detêm o conhecimento do passado, presente e futuro. São dotadas de beleza, sensualidade e poder de sedução. Protegem os justos e aos injustos dão suas sentenças. Aos *aedos* revelam as verdades. São nove as *Musas*: *Caliope*, musa da poesia épica; *Clio*, musa da história; *Érato*, musa da poesia erótica; *Euterpe*, musa da poesia lírica; *Melpômene*, musa da tragédia; *Polínea*, musa da poesia sacra; *Talia*, musa da comédia; *Terpsícore*, musa da dança e do canto e *Urânia*, musa da astronomia.

¹⁶ Cf., Carlos Roberto da SILVEIRA. *A Inveja e a Justiça na poesia filosófica dos Aedos*. Revista Eletrônica *Theoria*, p. 62-75, 2010.

Jaeger (Cf. 2001, p.100), *Diké* se converte no lema de luta de classes para Hesíodo, tendo por pilares de sustentação, a justiça e o trabalho.

Diante do exposto, supõe-se que Hesíodo buscou retomar a ordem entre os homens através do sistema religioso matriarcal muito ligado ao campo, às sementes, ao trabalho com a terra, com o plantio e colheita. Neste retorno à fraternidade, encontrou ajuda das *Musas* e pediu aos homens que honrassem as divindades maternas geradoras da vida. Mas era tarde e inevitável, o sistema patriarcal imperava e restava apenas, com todas suas forças, clamar pelo direito e justiça.

Em Homero encontra-se o primeiro elogio à justiça. No entanto, a ideia do direito não se contempla na *Iliada* com tanto ênfase, mas se destaca na *Odisseia* que está mais próxima do tempo de Hesíodo. Assim, os deuses aparecem como guardiães da Justiça, porém o contexto diferencia claramente da paixão religiosa de Hesíodo, o profeta do direito, que promove a proteção do direito através dos deuses. Essa “ideia do direito” é a raiz de uma comunidade melhor, mais humana, justa e fraterna. A imagem de *Diké* era a “consequência da força religiosa e da seriedade moral com que a classe camponesa nascente e os habitantes da cidade sentiram a exigência da proteção do direito” (Cf. JAEGER, 2003, p.98-99).

Na transição do cenário público grego, em oposição à nobreza, à oligarquia, novos valores se voltam para as honras e para o rigor militar da timocracia. Porém, os rudes guerreiros, os timocratas, assumiram o poder e acumularam riquezas (neo-oligarcas). Os antigos oligarcas perderam seus bens. Duas classes sociais apresentaram-se bem definidas: a dos ricos e a dos pobres que aumentava vertiginosamente. A segunda classe se revoltou e pregou a igualdade de poder público através da eleição ou sorteio. Assim, a comunidade diante do surgimento das leis escritas concebeu direitos e deveres iguais aos homens, regidos pelos “princípios da hierarquia das leis”. No entanto, os filhos dos antigos oligarcas que assumiram o poder democrata, já não respeitavam mais as tradições de seu passado, o senso de economia, de comunidade e buscaram apenas satisfazer seus prazeres, uma espécie de individualismo.

A passagem para a tirania se faz pelo jogo das forças políticas de três grupos sociais: os ricos, o povo (majoritário numericamente) e os desqualificados, que estão prontos para todas as aventuras políticas. Os ricos organizam-se no partido oligárquico e o povo no partido democrático. O povo (manipulado) teme uma conspiração do partido oligárquico e confia o poder a um só homem. O tirano começa defendendo o povo contra a ameaça dos ricos, prometendo a distribuição de terras e a abolição das

dívidas. Depois ele forma uma milícia pessoal, recrutando-a entre os desqualificados, e suprime os melhores. Provoca a guerra externa para que o povo sinta a necessidade de um chefe [patriarca]. Tal é o resultado da democracia, segundo Platão (Robinet, 2004, p. 40,41).

Em seus diálogos, em especial *A República*, Platão pretendeu resolver o problema político de sua Cidade para que esta não se perdesse na confusão, nas paixões, nos interesses individuais de tantos “*narcisos*”¹⁷ que florescia. Platão identificou a justiça com a felicidade e afirmou que quem se comportasse de acordo com a lei da Cidade seria justo e feliz. Porém, quem a contrariasse, seria injusto e infeliz. Trata-se de premissas verdadeiras. Mas essa regra suscitou exceção, porque, por vezes, o homem justo podia ser infeliz e o injusto feliz. Contudo, Platão afirmou sobre a importância de se fortalecer a ideia de que o homem justo seria feliz, mesmo que o contrário se apresentasse. Assim, a mentira quando possuísse um objetivo político que fosse proveitoso para a *pólis*, esta (nobre mentira) se tornaria lícita e se justificaria na forma de leis, tornando-se então, legalidade acima da verdade (Cf. a obra *A República de Platão*).

Mas a democracia ateniense logo se desmoronaria, justamente porque a “nobre mentira” perderia o seu título de nobreza e assim desceria aos patamares da essência do logro. Com o Estado degenerado, em igual situação apresentaram-se os helenos que, na busca de uma “felicidade individual”, contribuíram para a corrupção geral da *pólis*.

Da obediência às leis do Estado à mentira desmedida, é célebre a “Tragédia Grega – *Antígona*” que interpretada por Sófocles (496 – 406 a.C.), alude a temática do fraterno (Cf. obra de Sófocles). Na peça, *Antígona* rompe com os poderes do destino, do patriarcal administrativo, da força do Estado e abre precedente de uma nova dimensão do homem: a da liberdade (primícia nascente do matriarcalismo). O nome *Antígona*, *Anti* (no lugar da) e *Gone* (progenitura), significa aquela que substituirá a falta de descendentes de *Édipo*. De acordo com o que estamos a estudar, pode-se dizer que se trata da tentativa de retorno ao feminino.¹⁸

¹⁷ Refiro-me à representação de *Narciso*, filho de *Cefiso* (deus-rio) e de uma *Ninfa*. Insensível a todos, apaixonou-se por si mesmo ao ver sua imagem refletida na água. É tido como o símbolo do homem contemporâneo: egoísta, egocêntrico, individualista, mergulhado em si, vazio, sem personalidade.

¹⁸ Como já visto nas páginas anteriores, a questão pai-rival tornou-se a grande preocupação do poder patriarcal. Sófocles em sua trilogia tebana narra que *Laio* acreditava ter matado o filho (*Édipo*). O inverso aconteceu: *Édipo* mata *Laio*. No decorrer da *tragédia*, *Édipo*, exilado de Tebas e com os olhos perfurados, recebe a ajuda das duas filhas (*Antígona* e *Ismênia*), mas não encontra o apoio de seus filhos (*Etéocles* e *Polinice*) que se recusam em ajudá-lo. Após a morte de *Édipo*, o trono foi disputado e os dois jovens acabaram se matando pelo poder. Rapidamente, *Creonte* assume a posição do novo patriarca, mas logo, sofreu oposição de seu filho *Hémon*, que tentou matar o pai devido às crueldades perpetradas a *Antígona*. *Hémon* não obtendo o resultado querido, se suicidou.

A filha de *Édipo*, com seu “agir”, com a sua “desobediência”, ou melhor, *nómos*,¹⁹ promove um retorno às raízes primevas do “cuidado”, da “felicidade fraterna” que, ao transgredir as leis, atrai as desgraças, as tormentas e a morte para si, mas estabelece sua vontade contra o destino marcado pelos deuses e pelos homens. Um dado importante: Antígona não defende sua Pátria, seu Estado (o sistema), defende o irmão (inimigo do Estado), as leis da família, as leis divinas não escritas. Portanto, está contra as leis escritas e mantidas por seu tio *Creonte*, que usurpou o trono de *Édipo* (pai de *Antígona*), promoveu a morte de seus irmãos (*Polinice e Etéocles*) e, pela sua lei (patriarcal), aterrorizou e esmoreceu sua irmã *Ismênia*.

Até hoje, *Antígona* encanta. A obra de Sófocles foi traduzida para vários idiomas. É tema de teses de muitos estudiosos. Como peça teatral, é intensamente apresentada por todo o planeta. Durante a Segunda Guerra Mundial, Jean Anouilh (poeta francês, dramaturgo) reinterpreta *Antígona* e a apresenta em 1944 durante a ocupação nazista na França. Tratava-se de um paralelo reflexivo crítico entre as figuras de *Creonte* e o Marechal Philippe Pétain, entre *Antígona* e a Resistência Francesa. Por tudo isso, *Antígona* é símbolo do feminino, da liberdade inconformada, do espírito resistente, da fraternidade, da felicidade maternal, da justiça, dentre muitos.

Com o *Helenismo* de Alexandre Magno, grandes modificações e adaptações culturais adviriam. O cidadão da *pólis*, logo perderia seu *status* e se tornaria membro comum de uma *Cosmópolis*.

Antes, na *pólis*, ser homem indicava uma situação e uma condição bem precisas: participar da vida pública e decidir os destinos da comunidade. Sob o império, porém, homens livres e escravos equivalem-se (todos são homens); mais do que isso, não há mais possibilidades de influir na vida política, que se torna um assunto alheio à maioria das pessoas. O homem não é mais essencialmente um animal político (Os Pensadores, 1999b, p.69).

Nas *stoas*,²⁰ Zenão ensinava que não se devia mais viver nas cidades, nos *demos*,²¹ porque cada homem possui regras diferentes de justiça. Mesmo assim, os homens deviam viver em ordem, numa razão comum, como companheiros-cidadão de uma cidade cósmica. Pregou a igualdade de homens e mulheres, negou a escravidão e com os juristas elaborou o

¹⁹ Cf. BENVENISTE, Émile. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948. p.79-80. O autor trata o termo grego *némein* como sendo o portador da partilha regulamentada pela autoridade do direito consuetudinário. Assim, o *nómos* significa a regra sustentada pelo costume, pelo rito religioso, pela convenção, pela lei divina ou cívica. Portanto, dentro de nosso assunto, o *nómos* torna-se ambíguo e obviamente, o *nómos* materno de *Antígona* se confronta com a imposição do *nómos* paterno das leis de *Creonte*.

²⁰ Pórticos ou colunatas cobertas destinado ao uso público. Eram locais onde Zenão de Cício (336-264 a.C.) ao proferir seus discursos fundaria a Escola Estóica.

princípio de igualdade entre os homens: “todos os homens são iguais por natureza” (*omnes homines natura aequales sunt*).

Em relação com essa filosofia, Roma estendeu de maneira progressiva o direito de cidadania. Em 89 a.C., o direito de cidade foi estendido a todos os italianos; em 40 d.C., aos magistrados da Gália; em 130, a todos os magistrados da cidade do império (sob Adriano). Finalmente em 212 o edito de Caracala declarou cidadãos romanos todos os habitantes livres do império. Isso completou a política de Adriano e Severo. Os habitantes tinham duas nacionalidades, a de sua cidade e a do império. A Itália, entretanto, gozou por longo tempo de uma posição excepcional: só os habitantes da Itália é que podiam servir nos corpos da elite das cortes pretorianas (Robinet, 2004, p.44).

Dando um salto ao longo da linha do tempo, tempo da “Raça do Ferro”, o contemporâneo Hans Kelsen (2001, p.2) dirá: “O anseio por justiça é o eterno anseio do homem por felicidade”. Na esfera social, a justiça pretende regular o comportamento dos homens de modo que proporcione a felicidade para todos. Assim, a felicidade não pode ser a do indivíduo isolado, enquanto sentimento subjetivo, ou seja, aquilo que ele compreende para si mesmo, pois, a felicidade deste será a infelicidade do outro e produzir a felicidade para todos é uma grande falácia. Vejamos:

A sentença salomônica só é justa – se é que o é – sob a condição de apenas uma das duas mulheres amar a criança. Se ambas a amarem – o que é possível e até provável, pois ambas a querem – e por essa razão ambas abdicarem de seu direito, o litígio permanecerá pendente; se, mesmo assim, a criança for finalmente adjudicada a uma das partes, a sentença certamente não será justa, pois tornará a outra infeliz. Nossa felicidade depende frequentemente da satisfação de necessidades que nenhuma ordem social pode garantir (Kelsen, 2001, p.2).

O filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) já havia compreendido este grande problema. Ele afirmou que o gênero humano encontra-se sob o domínio de dois senhores soberanos: o prazer e a dor.

Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que se distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia de causas e efeitos. Os dois senhores de que falamos nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos, sendo que qualquer tentativa que façamos para sacudir este senhorio outra coisa não faz senão demonstrá-lo e confirmá-lo. Através das suas palavras, o homem pode pretender abjurar tal domínio, porém na realidade permanecerá sujeito a ele em todos os momentos da sua vida (Bentham, 1989, p.3).

²¹ Pequenos distritos territoriais, unidades administrativas que foram instalados no governo de Clístenes (~560 – 508 a.C.), o que culminará no governo democrático.

Embasado na ciência do direito e especialmente no direito natural, Bentham em sua teoria, acreditava que o cidadão deveria prestar obediência ao Estado, na medida em que a obediência contribuísse mais para a felicidade geral. Contudo, Bentham sabia da tal “falácia”. Assim, pretendeu maximizar o prazer e minimizar a dor para uma maior parcela da população. Para isso, deviam-se fazer cálculos entre o prazer e a dor. O primeiro senhor é a excelência a ser alcançada, pois o ser humano existe para ser feliz. Mas, como não pode atender a todos, o segundo se ocupará desta (suposta) menor parcela. Porém, para que esta felicidade possa contemplar o maior número de pessoas, deve-se fazer o cálculo utilitarista benthamiano no qual se excluiu a felicidade individual subjetiva e privilegia “sempre”, a ordem social objetivo-coletivo.

Mas e a dor? A infelicidade? As injustiças? Por fim, o que é a “Justiça”? Creio que este questionamento final, seria o maior enigma a ser pronunciado pela *Esfinge*²² à humanidade.

Kelsen cita que, Jesus de Nazaré, quando em seu julgamento, na presença de Pilatos disse: “Nasci e vim trazer ao mundo o testemunho da verdade”. Pilatos rapidamente O interpela: “O que é a verdade?” Pilatos (cético) certamente não esperava uma resposta e Cristo também não lha deu. Qual o motivo? “Dar testemunho da verdade não era o essencial em sua missão como rei messiânico. Ele nascera para dar testemunho da justiça, aquela justiça que Ele desejava concretizar no reino de Deus. E por essa justiça morreu na cruz” (Kelsen, 2001, p.1).

A pergunta sobre “o que é a justiça” atravessa milênios sempre sendo questionada. Aqui, retomo o assunto sobre o enigma da *Esfinge* e digo: ainda bem que os deuses não permitiram que o monstro fizesse tal pergunta a *Édipo*. Então, por via do momento (na liberdade de conversar comigo mesmo), gostaria de lançar uma simples interpretação simbólica a respeito da representação da deusa *Têmis*, que me veio à “mente”. Creio que a própria linguagem mítica arcaica entre a justiça, a lei e a humanidade já continham em si o germe de uma espécie de representação “enigmática”, obscura decifração da realidade demasiada humana. Penso que *Têmis*, diante deste universo dos símbolos, fez uso da sua acuidade e enxergou muito além da justa razão, pois adentrara no âmago da natureza humana. Por isso, manteve os olhos bem abertos e fez uso de certos instrumentos para seu auxílio: uma

²² Monstro metade animal (leão) e metade humana (mulher) que detinha os viajantes e lançava enigmas propondo àqueles que os decifrassem, o direito de prosseguirem suas viagens, caso contrário, seriam devorados.
Volume 03 - Número 07 - Ano 2011 | ISSN 1984-9052

pesada espada e uma balança muito sensível. Assim, a balança simbolizou a imparcialidade em seus julgamentos e a espada, a força, as regras das Leis que deveriam ser executadas. Porém, mais do que a balança e a espada, era a sua visão, os seus olhos atentos e rápidos sobre os homens, e também sobre as medidas, o que garantia a urgência do justo meio para uma felicidade social objetiva na *pólis*.

Já noutra tempo, século XVI, alguns pintores renascentistas adicionaram mais um símbolo à deusa e que prevalece até aos nossos dias. Pincelaram-lhe uma venda sobre os olhos já muito cansados de presenciar tantas injustiças. No entanto, imagino que aqui, neste novo viés mítico resida também um outro sentido metafórico. *Têmis*, a “deusa da Lei”, para atuar com imparcialidade, para que não tendesse a se inclinar para um dos lados (inclusive devido à precisão de sua balança), esta deveria ficar quase imóvel, talvez, movendo-se bem devagar, quase paralisada, muito lenta, para pesar as razões com a justa medida. Certamente, era sabido que não se produziria a plena felicidade para os homens governados por uma “força patriarcal” da “Raça do Ferro”, na qual se digladiam o poder objetivo e o sentimento subjetivo individualista. Mas na fase do *cinquecento*, em especial, com os poetas e com os artistas que estão sempre à frente de seu tempo, perceberam os esforços da deusa, reconheceram seu cansaço, sua pesada missão e seus equipamentos deficientes. Daí, preocupados com ela e com medo que esta se juntasse à filha *Astreia*, pouparam-lhe a visão. Mas, a tal venda a deixou ainda mais lenta em seu caminhar e menos precisa em sua medida. Então, forçosamente, a responsabilidade teve que ser realmente dividida e assumida com urgência pelos magistrados. Estes juraram à *Têmis* (Juramento Profissional) que a conduziram nos “processos” de sua caminhada, auxiliando-a na justa medida.

Considerações finais

Já neste novo milênio, “fala-se” como nunca em direitos, deveres e justiça. Mas por outro lado, o “bem comum” se banaliza, vive-se a sociedade do espetáculo juntamente com a geração dos *neonarcisos*. Como disse Erich Fromm (*Cf.* 1962, p.11), se a perplexidade é o começo da sabedoria, perdemos o dom de ficarmos perplexos. Jean Baudrillard falará da massa. Massa, grupo de pessoas sem atributos, sem predicados, sem qualidade, um confuso

Édipo foi aquele que eliminou o monstro e, em reconhecimento ao herói, os tebanos o aclamaram como novo rei de Tebas.

amontoado do social que apenas “fala”. É preciso urgentemente deixar de ser a “maioria silenciosa”, falante, é preciso questionar com convicção, indignar, ficar perplexo e agir.

Assim, a pergunta continua: O que é a justiça? Essa pergunta parece-me que nunca pretendeu uma resposta. É um enigma que não possui resposta, visto que até hoje não a temos. Mais do que a resposta, o que importa, é a proposta à investigação, o instigar, o despertar do homem para o justo meio. Trata-se de uma pergunta que se alimenta de outras perguntas e que nos coloca nas esferas dos questionamentos, cobra-nos da nossa progenitura humana o aperfeiçoamento do *animal symbolicum*, do homem fraterno e nos faz ver este mundo sempre com perplexidade. Portanto, a resposta não se encerra, convém retirarmos “as vendas” dos nossos olhos e fazermos sempre as melhores perguntas, perguntas “esfíngicas” que realmente nos devorem.

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- BENVENISTE, Émile. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948.
- CASSIRER, Ernest. *Antropologia Filosófica. Ensaio sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Vicente Félix de Queiroz. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972 (a).
- _____. *Linguagem e mito*. Trad. J. Guinsburg e Mirian Schnaiderman. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972 (b).
- FROMM, Erich. *A linguagem esquecida: Uma introdução ao entendimento dos sonhos, contos e mitos*. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- GUIMARÃES, Ruth. *Dicionário da Mitologia Grega*. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Parte I. 10ª. ed., Trad. Márcia de Sá Cavalcante, Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- HESÍODO. *Teogonia. A origem dos deuses*. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2006.
- _____. *Os trabalhos e os dias*. Trad. Mary C. N. Lafer. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2006.

- JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KELSEN, Hans. *O que é a Justiça? A Justiça, o Direito e a Política no espelho da ciência*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. vol.3, São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- OS PENSADORES. *A República de Platão*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999a.
- _____. *BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart*. Trad. João Marcos Coelho. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1989.
- _____. *História da Filosofia*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999b.
- ROBINET, Jean-Francois. *O tempo do pensamento*. Trad. Benôni Lemos. São Paulo, Paulus, 2004.
- SILVEIRA, Carlos Roberto. *A Inveja e a Justiça na poesia filosófica dos Aedos*. Revista Eletrônica *Theoria*, Sítio: <http://www.theoria.com.br/> - ISSN: 1984 – 9052, Volume II, Número III, p. 62-75, 2010.
- SÓFOCLES. *A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colona, Antígona*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.